MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

ATA DE REUNIÃO

Comitê Interno de Governança (CIGOV/MAPA)

26ª Reunião do Comitê Interno de Governança

3 ª Reunião de 2026

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê Interno de Governança;

Ato de Constituição: Portaria MAPA nº 516, de 21 de novembro de 2022 e atualizada pela Portaria MAPA nº 630, de 28 de novembro de 2023;

Ato de designação: Membros Natos (Art. 3°);

Periodicidade das reuniões ordinárias: Quadrimestral (Art. 4°);

Sigla: CIGOV;

Processo SEI: 21000.056789/2026-71.

DADOS DA REUNIÃO

Data: 27 de agosto de 2026;

Horário: 15h13 às 16:08;

Local: Ed. Sede - Secretaria Executiva, 9º andar;

Tipo: (**X**) Presencial ( ) Vídeo Conferência ( ) Mista.

PARTICIPANTES

Membros Titulares

Cleber Oliveira Soares - Secretário-Executivo - SE

Membros Suplentes

Silvio Farnese - Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Política Agrícola - SPA;

João Crescêncio Aragão Marinho - Secretário Adjunto de Desenvolvimento Rural - SDR;

Natielle Bernardino Cunha De Azevedo - Chefe de Gabinete do Ministro, Substituta - GAB-GM; e

Rafael Guimarães Requião - Secretário Adjunto da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI.

Convidados

Jailor Capelossi Carneiro – Coordenador- Geral de Assuntos Administrativos e Correcionais - CGAAC;

Renata Alves de Figueredo - Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI;

Júlia Tavares Borges - Coordenadora-Geral de Suporte Técnico e Administrativo - CGSTA/SE;

Fernanda de Souza Simões Ferreira e Castro - Coordenadora da Coordenação de Gestão e Eficiência Regulatória do SUASA - COGER/DEPES/SDA;

Paulo Márcio Mendonça Araujo - Chefe de Gabinete da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - GAB/SCRI; e

Maria das Graças Gonçalves Salles - Ouvidoria.

Participante virtual

Camilo Mussi - Subsecretário de Tecnologia da Informação - STI

Secretaria do Cigov

Iran de Almeida Nunes

PAUTA DA REUNIÃO

Plano de Integridade do MAPA 2026–2027;

Atualizações sobre os trabalhos do Subcomitê de Avaliação das Ações de Governança e Gestão;

Panorama das Secretárias na implementação do Programa de Análise de Impacto Regulatório - **PAIR**;

Apresentação pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação - **STI** acerca do **Agrolegis** e Sistema de Atos Normativos - **Sisatos**.

REUNIÃO

Abertura

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às quinze horas e treze minutos, no Edifício Sede da Secretaria-Executiva, 9º andar, foi iniciada a 26ª Reunião Ordinária do Comitê Interno de Governança - CIGOV do Ministério da Agricultura e Pecuária, sob a presidência do Secretário-Executivo, Cleber Oliveira Soares. O presidente informou que precisaria encerrar a reunião antes do previsto em razão de compromisso institucional agendado para as dezesseis horas, de modo que solicitou objetividade na condução dos itens da pauta, registrando que todos os membros haviam recebido previamente os conteúdos para apreciação. A Sra. Júlia Tavares Borges, Coordenadora-Geral de Suporte Técnico e Administrativo, informou que o Subsecretário de Tecnologia da Informação, Camilo Mussi, participaria da reunião de forma virtual. O presidente lembrou que a sessão estava sendo gravada para fins de registro e elaboração da ata. Como informe geral, foi verificado o quórum mínimo de quatro membros, conforme previsto no regimento, sendo, em seguida, declarada aberta a reunião. Na sequência, o Presidente apresentou informações relacionadas ao âmbito do CIGOV, e informou que o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) foi formalmente comunicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Portaria TCU nº 105, de 10 de julho de 2026, de sua inclusão na relação das unidades prestadoras de contas que terão processo autuado para julgamento das contas dos respectivos responsáveis. Relatou que o tema havia sido comunicado na reunião gerencial do Ministro com os Secretários, especialmente às secretarias finalísticas, e que, tão logo fossem recebidos maiores detalhes da orientação, estes seriam formalizados pela Secretaria-Executiva, após comunicação oficial. Esclareceu que, na gestão de 2026, todos os responsáveis pelas unidades gestoras, abrangendo as áreas financeira, orçamentária e administrativa, terão suas contas auditadas, com a responsabilização individual de cada gestor em relação à respectiva unidade. Registrou que esse processo já vinha sendo preparado nos anos anteriores, no âmbito dos Relatórios de Gestão, tendo sido concluídos os exercícios de 2023, 2024 e 2025. Recordou que, na reunião anterior, foi entregue aos representantes das unidades cópia do Relatório de Gestão de 2025. Acrescentou que a entrega da documentação ocorre tradicionalmente no último dia do mês de março do ano subsequente, trinta e um de março de dois mil e vinte e sete, destacou ainda, que a partir de setembro, terão início as análises e os procedimentos de conclusão. Considerou relevante registrar que foi realizada reunião prévia com a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), com a finalidade de solicitar apoio para prospectar,

junto à Controladoria-Geral da União (CGU), informações acerca dos procedimentos e dos prazos aplicáveis a cada Ministério. Em seguida, o Presidente, Sr. Cleber, solicitou à Sra. Renata informações sobre eventuais atualizações do tema. A Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Sra. Renata Alves de Figueredo, informou que havia atualizações e esclareceu que, com base na referida Portaria, todo o trabalho prévio é realizado pela Controladoria-Geral da União, incluindo o Relatório de Auditoria, o Certificado e o Parecer Prévio, os quais são de responsabilidade do controle interno. Nesse sentido, informou que serão mantidos contatos com a CGU nos próximos quatro ou cinco meses. Registrou que a última prestação de contas submetida a julgamento ocorreu em 2022, tendo seu julgamento sido realizado em 2023. Ponderou-se, ainda, que o processo representará um desafio, porém já haviam sido iniciadas tratativas com o Sr. Bruno, Coordenador-Geral responsável pelo tema, ao qual coube a responsabilidade pela elaboração da maior parte dos trabalhos. Informou-se que está em andamento o planejamento da auditoria, com vistas à definição de seu escopo, havendo tendência de que, no processo de prestação de contas, sejam auditados os programas que receberam maior volume de recursos do Ministério, como o Funcafé e o Seguro Rural. Nesse contexto, a SPA poderá ser mais demandada, em razão do volume de recursos sob sua gestão. Ressaltou-se, entretanto, a necessidade de aguardar a conclusão do planejamento. Registrou-se, ainda, que não há previsão para a realização da reunião de apresentação, usualmente promovida nesse tipo de processo, mas que a expectativa é de que o relatório final da auditoria seja concluído até 31 de dezembro do corrente ano. Foi informado também que a Controladoria-Geral da União (CGU) está adotando uma metodologia ágil para a realização das auditorias, na qual as recomendações são apresentadas gradualmente à unidade auditada, permitindo que sejam realizados contrapontos e contribuições ao longo da execução dos trabalhos. Dessa forma, o relatório passa a ser construído de maneira conjunta, possibilitando o tratamento tempestivo de eventuais problemas identificados. Informou-se que, tão logo a equipe coordenada pelo Sr. Bruno conclua o planejamento, os membros serão comunicados para a realização da reunião de apresentação, ocasião em que serão discutidos o escopo e as próximas etapas do trabalho. O Presidente, Sr. Cleber Oliveira, agradeceu as informações prestadas pela Sra. Renata e solicitou a elaboração de ofício-circular para a devida formalização do tema no âmbito do MAPA. Em continuidade à reunião, o Presidente passou a palavra à Sra. Júlia, para a condução da pauta seguinte, ocasião em que foi sugerido que a Sra. Renata realizasse a apresentação inicial do tema. A Sra. Renata informou que a Assessoria Especial de Controle Interno está trabalhando na revisão do Plano de Integridade, vigente para o período de 2025-2026. Esclareceu que, além da revisão do plano atual, estão sendo definidas as ações que integrarão o planejamento do próximo exercício. Destacou que está sendo elaborada uma proposta de revisão, atualização e construção participativa do Plano de Integridade, constituindo novidade no âmbito do Programa MAPA Íntegro. Informou que uma proposta-base elaborada pela AECI encontra-se em fase final de conclusão e que, a partir dela, será promovido um processo de escuta institucional envolvendo todas as áreas do Ministério, demandando o apoio tanto das áreas transversais quanto das áreas finalísticas. As contribuições recebidas serão posteriormente consolidadas para submissão à alta gestão. Esclareceu, ainda, que o Plano de Integridade constitui instrumento de planejamento destinado a organizar as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período. No presente caso, contemplará o restante do exercício de 2026, considerando a existência de ações ainda em execução, bem como as ações previstas para o exercício de 2027, estruturadas nos eixos de governança, políticas e procedimentos, comunicação e treinamento, monitoramento e remediação. Informou que a proposta está sendo construída em alinhamento ao Plano Estratégico do MAPA e à nova estrutura regimental do Ministério. No que se refere à estratégia de escuta institucional, informou-se que está sendo preparada sua implementação a partir da proposta-base em elaboração na AECI, prevendo-se a participação de todas as áreas a partir do início de setembro, com o objetivo de identificar riscos, vulnerabilidades, iniciativas e necessidades de cada unidade, de modo a assegurar que o Plano de Integridade reflita adequadamente a realidade institucional do MAPA. Por fim, registrou-se que as próximas etapas consistem na consolidação das contribuições recebidas e na finalização do documento, com a meta de lançamento do Plano na primeira quinzena de novembro. Na sequência, serão implementadas as ações previstas, as quais envolverão necessariamente todas as áreas do Ministério. Como exemplo de entrega já realizada no âmbito do plano vigente, foi citado o Guia de Prevenção de Conflito de Interesses, demanda antiga da SDA, ressaltando-se o caráter coletivo dos trabalhos. Retomando a palavra, o Presidente esclareceu que já acompanhava o processo de atualização do Plano de Integridade e ressaltou que, diante da formalização realizada pelo TCU quanto à necessidade de apresentação dos relatórios, além do Relatório de Gestão, torna-se ainda mais relevante e urgente a atualização do referido plano. Dando prosseguimento à reunião, o Presidente passou novamente a palavra

à Sra. Júlia Tavares para apresentação da pauta seguinte. Registrou-se que o CIGOV deliberou pela criação e instituição do Subcomitê de Avaliação das Ações de Governança e de Gestão, sendo mencionadas a respectiva resolução e as competências atribuídas ao colegiado. Registrou-se que a Sra. Renata exerce a função de Secretária-Executiva do Subcomitê e foi apresentada atualização acerca de sua implementação, destacando-se a realização da primeira reunião, na qual foi aprovado um plano de ação prevendo a revisão dos relatórios de ações dos últimos três anos. Informou-se, ainda, que será considerado o levantamento realizado pela AECI acerca dos apontamentos efetuados pelos órgãos de controle, especialmente CGU e TCU, com o objetivo de verificar quais medidas foram implementadas pelas áreas e quais necessidades de melhoria foram identificadas internamente. Mencionou que uma das questões apontadas pela SDA se refere ao estoque regulatório relacionado ao AgroLegis, tema que será incluído no relatório como oportunidade de melhoria a ser considerada pela próxima gestão. Informou-se, que a memória da reunião havia sido elaborada e que está em andamento o recorte dos Relatórios de Gestão, sendo prevista, a partir da semana seguinte, a implementação das ações necessárias para possibilitar a apresentação dos resultados ao CIGOV na última reunião do exercício, prevista para ocorrer na primeira semana de dezembro. Consultada acerca de complementações, a Sra. Renata informou que houve amplo debate sobre o foco de atuação do grupo, tendo em vista a amplitude de suas competências. Relatou que foi considerada mais viável a análise das ações estruturantes constantes dos Relatórios de Gestão que contemplem aspectos de governança e gestão, razão pela qual os trabalhos seguirão nessa diretriz, reforçando também as ações de controle realizadas. Em complemento, a Sra. Júlia informou que, paralelamente, também foram iniciadas tratativas relacionadas à agenda regulatória, tema cuja análise foi determinada na última reunião para apreciação do Subcomitê. Esclareceu que a matéria será tratada em conjunto com o relatório, a fim de evitar retrabalho, e que há possibilidade de convocação de reunião extraordinária do CIGOV para apresentação do fluxo da agenda regulatória, permitindo posterior encaminhamento da minuta de portaria à CONJUR ainda durante a atual gestão. A Sra. Júlia consultou a Sra. Fernanda Simões, Diretora Substituta do DEPES/SDA, acerca de eventuais complementações. Em resposta, foi informado que serão discutidas não apenas a portaria, mas também a proposta de fluxo da SDA, com o objetivo de simplificar a tramitação dos atos abrangidos pela agenda regulatória. Retomando a palavra, o Presidente parabenizou os presentes pelos avanços alcançados e ressaltou que esta é a primeira vez, nos cento e sessenta e três anos de existência do Ministério, que a instituição conta com um Comitê de Governança. Destacou, ainda, que também é a primeira vez que o Ministério possui um Subcomitê de Avaliação de Governança voltado à análise do desempenho e dos resultados evidenciados nos Relatórios de Gestão. Registrou que tais iniciativas demonstram significativa evolução institucional e manifestou satisfação com a importância atribuída à discussão, revisão e identificação de oportunidades de aperfeiçoamento. Em continuidade, passou-se à pauta referente ao Programa de Análise de Impacto Regulatório (PAIR). A Sra. Júlia retomou a palavra e apresentou a proposta de realizar uma rodada de acompanhamento junto às Secretarias para verificar a implementação do programa em cada área, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de ajustes ou aprimoramentos. Informou que os prazos inicialmente estabelecidos foram cumpridos, incluindo a indicação dos membros em março, a divulgação do fluxograma e dos materiais de apoio, bem como a comunicação sobre a capacitação gratuita ofertada pela ENAP. Registrou que, em quatorze de abril, o programa entrou em vigor e que cada Secretaria dispunha de dez dias para instituir seu respectivo comitê. Informou que, no âmbito da Secretaria-Executiva, o comitê já foi instituído, os membros designados e o regimento interno devidamente publicado. Acrescentou que todas as subsecretarias já foram cientificadas acerca do fluxo, que os pontos focais foram indicados e que ficou definida a realização de reuniões semestrais, considerando o reduzido número de atos submetidos ao programa. Informou, por fim, que a próxima etapa consiste em aguardar o surgimento de demandas, uma vez que ainda não houve recebimento de processos relacionados ao novo fluxo. Na sequência, foi concedida a palavra às Secretarias para manifestação acerca do andamento do PAIR em suas respectivas áreas. A Sra. Fernanda Simões informou que o comitê foi instituído e relembrou que, em alinhamento com a Sra. Júlia, sua implementação ocorrerá juntamente com o lançamento do MAPA Legis, previsto para setembro. Posteriormente, o Presidente questionou se as demais Secretarias já haviam implementado seus respectivos comitês. O Secretário Adjunto da SDR, Sr. João Crescêncio, informou que a respectiva Portaria foi publicada. Registrou-se, ainda, que a SDA informou que os trabalhos se encontram em andamento. Por sua vez, o Sr. Paulo Márcio, Chefe de Gabinete da SCRI, relatou a necessidade de avaliação interna da matéria, considerando o entendimento preliminar de que a Secretaria não edita normas regulatórias ou atos regulatórios externos, informando que será analisada a forma de implementação do programa naquela unidade, uma vez que os atos normativos produzidos

possuem caráter exclusivamente interno. Na oportunidade, o Presidente, Sr. Cleber Soares, ressaltou que a orientação é para que todas as Secretarias instituam seus respectivos Comitês, destacando a urgência da medida e a necessidade de cumprimento das determinações constantes do Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse contexto, estabeleceu o prazo de quinze dias para que as Secretarias adotem as providências necessárias à instituição dos respectivos Comitês. Na sequência, foi concedida a palavra ao Sr. Camilo Mussi, que participou da reunião por videoconferência e realizou apresentação acerca do tema "AgroLegis", expondo informações relacionadas ao processo de contratação da solução tecnológica. Informou que as contratações e aquisições de soluções de tecnologia são conduzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), a partir das demandas apresentadas pelas áreas, e que o referido processo se encontra em fase de avaliação quanto à sua viabilidade e conveniência. Destacou que a solução apresenta características técnicas aderentes às necessidades da Consultoria Jurídica (CONJUR) e do Ministério, mencionando a existência de contratações semelhantes realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Informou que a empresa proponente apresentou proposta para disponibilização da solução pelo prazo de vinte e quatro meses, no valor total de R$ 2.999.016,00 (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil e dezesseis reais), mediante o pagamento de vinte e quatro parcelas mensais de R$ 124.959,00 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e nove reais), a partir da assinatura do contrato. Ao abordar os aspectos orçamentários, destacou que a contratação representaria uma despesa aproximada de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ainda neste exercício, considerando o pagamento de quatro parcelas, com reflexos orçamentários para a gestão subsequente. Ressaltou a necessidade de análise da contratação diante do atual cenário orçamentário do Ministério e das prioridades da STI, mencionando, como exemplo, medidas voltadas à redução de despesas relacionadas à força de trabalho da área. Em seguida, apresentou informações acerca do histórico da empresa proponente e de sua relação contratual anterior com o Ministério. Informou que a empresa prestou serviços relacionados ao SISLEGIS no âmbito do Ministério da Agricultura no período de seis de abril de dois mil e dez a cinco de abril de dois mil e quinze, por meio do Contrato nº 16/2010. Relatou a existência de pendência administrativa relacionada à garantia contratual, no valor de R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), cuja liberação ainda não teria sido efetivada. Informou, ainda, que a empresa possui pendências relacionadas à execução do contrato anterior, incluindo valor de R$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais) objeto de cobrança, tendo sido mencionada decisão judicial proferida em dois mil e vinte e quatro acerca da matéria. Relatou que, em janeiro de dois mil e vinte e cinco, a empresa solicitou a liberação da garantia contratual, tendo a Secretaria-Executiva e a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) se manifestado, em julho daquele ano, pelo indeferimento do pedido. Informou que, em dois mil e vinte e seis, diante de novo requerimento, a Consultoria Jurídica (CONJUR) e a SPOA apresentaram manifestações sobre a matéria, indicando que a questão relativa à liberação da garantia deveria ser analisada no âmbito da fiscalização administrativa do contrato. Por fim, informou que, em vinte e quadro de agosto de dois mil e vinte e seis, o processo foi encaminhado pela SPOA à unidade responsável pela fiscalização contratual para manifestação quanto à garantia. Diante desse contexto, submeteu à apreciação dos presentes a necessidade e a conveniência de dar continuidade à contratação da solução naquele momento, considerando a existência de pendência administrativa relacionada à empresa e o impacto orçamentário decorrente da contratação. Ressaltou, ainda, que a STI não dispõe, atualmente, de dotação orçamentária específica para suportar a contratação, sendo necessária a definição da unidade responsável pela disponibilização dos recursos orçamentários, caso o colegiado deliberasse pela continuidade do processo. Esclareceu que, na hipótese de deliberação favorável à continuidade da contratação, a STI daria prosseguimento às etapas técnicas necessárias, permanecendo imprescindível a definição da unidade responsável pela disponibilização dos recursos orçamentários, uma vez que a Secretaria não dispõe, no momento, de orçamento específico para suportar a contratação. Após agradecer a apresentação, o Presidente abriu espaço para manifestações. Na sequência, a Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), Sra. Renata Alves de Figueredo, apresentou questionamento acerca da sustentabilidade da solução. Considerando que o contrato seria remunerado ao longo de vinte e quatro meses e que a sustentação seria realizada pela empresa prestadora do serviço, e não pela Secretaria de Tecnologia da Informação, indagou se, após o encerramento da vigência contratual, seria necessária a celebração de novo contrato. Questionou, nesse sentido, se o Ministério permaneceria dependente da contratação da mesma empresa para realização de atualizações e solicitou esclarecimentos quanto aos aspectos relacionados à sustentação da solução. Em resposta, informou-se que, ao término do prazo contratual de vinte e quatro meses, seria necessária a continuidade da contratação, podendo o contrato ser renovado, nos termos da legislação aplicável, até o limite de dez anos. Esclareceu-se que, embora a

manutenção do valor do projeto constitua uma referência da contratação atual, novas tecnologias poderão surgir ao longo do período. Informou-se, ainda, a existência de um sistema denominado SisAtos, concluído em gestões anteriores e recebido pela STI na atual gestão. Segundo relatado, após análise técnica, verificou-se que a solução apresenta funcionalidades distintas e desempenho significativamente inferior ao Agrolegis. Ressaltou-se que o SisAtos poderá ser objeto de contratação específica para sua sustentação, independentemente de eventual aquisição da nova solução, não havendo, contudo, previsão orçamentária para esse fim no momento. Por fim, reiterou-se que, ao término da vigência contratual de vinte e quatro meses, será necessária a continuidade da contratação para assegurar a manutenção e atualização da solução. Na sequência, o Secretário-Adjunto da SDR, Sr. João Crescêncio, apresentou questionamento de natureza técnica, indagando se, do ponto de vista da Tecnologia da Informação, não seria mais vantajoso desenvolver a solução internamente, utilizando recursos orçamentários da STI. Em resposta, informou-se que a Secretaria não dispõe de orçamento para a realização do desenvolvimento interno da solução, ressaltando que tal alternativa exigiria dedicação de pessoal especializado e conhecimentos técnicos específicos, além do envolvimento da CONJUR e das demais áreas interessadas. Destacou-se, ainda, que, desde dois mil e quinze, quando o SISLEGIS deixou de funcionar em razão da descontinuidade contratual, o Ministério permanece sem essa ferramenta, encontrando-se há aproximadamente onze anos sem o referido sistema em funcionamento. Retomando a palavra, o Presidente, Sr. Cleber Soares, ressaltou a situação orçamentária crítica do Ministério, informando que todas as unidades gestoras foram comunicadas acerca da necessidade de contenção de despesas. Registrou que o déficit orçamentário, anteriormente estimado em R$ 443.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões de reais), alcançou o montante de R$ 712.000.000,00 (setecentos e doze milhões de reais), apesar dos esforços empreendidos para sua redução. Informou, ainda, que estão em andamento tratativas junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) visando à recomposição dos limites orçamentários, com o objetivo de assegurar a continuidade das atividades ministeriais nos próximos meses. Diante desse cenário, o Presidente solicitou ao Sr. Iran Nunes e à Sra. Júlia a realização de benchmarking e análise de riscos relacionados à contratação, com a finalidade de subsidiar a avaliação do CIGOV. Propôs, ainda, que os demais itens da pauta fossem apreciados na próxima reunião a apresentação da gestão do fluxo dos processos referentes aos pedidos de informação, tais como os Requerimentos de Informação (RIC) e as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com vistas ao aperfeiçoamento dos procedimentos adotados e Governança Orçamentária e Financeira. Por fim, registrou que o Ministério permanece há aproximadamente onze anos sem o SISLEGIS em funcionamento e destacou a necessidade de regularização da gestão dos atos normativos, conforme previsto em normativo vigente, solicitando que a matéria fosse devidamente registrada para avaliação da próxima gestão. Nada mais havendo a tratar, o presidente Cleber Oliveira Soares, Secretário-Executivo, agradeceu a presença dos membros e convidados e declarou encerrada a 26ª Reunião Ordinária do CIGOV às dezesseis horas e oito minutos, da qual foi lavrada a presente ata pela Secretaria do colegiado.

Documento assinado eletronicamente por **CLEBER OLIVEIRA SOARES**, **Secretário Executivo**, em 22/10/2026, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **JOAO CRESCENCIO ARAGAO MARINHO**, **Secretário(a) Adjunto**, em 23/10/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL GUIMARAES REQUIAO**, **Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais**, em 23/10/2026, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **SILVIO FARNESE**, **Secretário Adjunto Substituto de Política Agrícola**, em 23/10/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Natielle Bernardino Cunha de Azevedo**, **Chefe de Gabinete do Ministro - Substituto(a)**, em 26/10/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **55735972** e o código CRC **212644A6**.

Referência: Processo nº 21000.056789/2026-71 SEI nº 55735972